

## **BRITO, CARVALHO**

\*dep. fed. MG 1903-1906 e 1921-1924.

*Manuel Tomás de Carvalho Brito* nasceu em Antônio Dias, então parte do município de Itabira do Mato Dentro (MG), no dia 17 de janeiro de 1872, filho do tenente-coronel da Guarda Nacional Fabriciano Felisberto de Brito e de Ana Angélica de Carvalho Brito.

Fez seus primeiros estudos em Itabira do Mato Dentro e em Ouro Preto (MG), matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1894. Ainda acadêmico, colaborou na redação do jornal *Correio Paulistano*. Retornando a Minas, exerceu de 1894 a 1896 o cargo de promotor da comarca de Santa Bárbara. Em 1897 transferiu-se para Belo Horizonte, onde advogou até 1903.

Em Belo Horizonte ingressou na política, sendo eleito deputado à Câmara Estadual para a legislatura que se iniciou em 1899 e terminou em 1902. Em 1903 foi eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Na Câmara dos Deputados, preocupou-se com questões financeiras, pronunciando-se sobre o orçamento da receita federal e as tarifas alfandegárias. Reeleito em 1906, renunciou ao mandato em setembro do mesmo ano para assumir o cargo de secretário do Interior de Minas Gerais, durante a presidência estadual de João Pinheiro da Silva. Na ocasião efetuou a reforma do ensino primário estadual. Exerceu ainda interinamente as funções de secretário de Finanças do estado de julho de 1907 a outubro de 1908, quando deixou as duas secretarias devido à morte de João Pinheiro.

Em 1909, divergindo da orientação do PRM, que apoiava a candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, assumiu em Minas Gerais a chefia da Campanha Civilista, em prol da candidatura de Rui Barbosa. Na época, dirigia em Belo Horizonte o jornal *O Dia*. Ao fim da campanha, abandonou temporariamente a política, dedicando-se, como empresário, à agricultura e à indústria em Belo Horizonte e em Santa Bárbara. De 1913 a 1918, exerceu o cargo de diretor-presidente da Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Belo Horizonte. Na época, organizou também um parque industrial em Mazagão (MG). Em 1918, participou da comissão do Centro Industrial do Brasil enviada à Exposição de Tecidos realizada em Buenos Aires e em Montevideu.

Em 1919, foi eleito senador estadual. No ano seguinte, participou da delegação brasileira que, a convite da Federation of British Industries, visitou estabelecimentos industriais da

Escócia e da Inglaterra. Em 1921, renunciou à cadeira de senador estadual por ter sido eleito deputado federal, com mandato até o final de 1923. Reeleito para a legislatura seguinte, renunciou em fins de 1924 para assumir o cargo de diretor do Banco do Brasil. Em 1927, assumiu a direção da Carteira Comercial do banco.

### A CONCENTRAÇÃO CONSERVADORA

No começo do segundo semestre de 1929, em face da proximidade das eleições presidenciais que escolheriam o sucessor de Washington Luís na presidência da República, e da indicação do paulista Júlio Prestes como candidato oficial, iniciou-se a agitação que resultaria na criação da Aliança Liberal. Segundo Virgílio de Melo Franco, nos primeiros tempos dessa movimentação Carvalho Brito participou da conspiração contra o presidente da República, frequentando diversas reuniões de opositores, principalmente nos aposentos de Francisco Campos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Entretanto, em setembro, quando a Aliança Liberal começou sua campanha de apoio aos candidatos de oposição Getúlio Vargas e João Pessoa, e foi declarado o rompimento entre o governo federal e as forças aliancistas de Minas, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, Carvalho Brito não se desligou da direção do Banco do Brasil, ao contrário do que haviam feito outros políticos mineiros comprometidos com a Aliança Liberal. Permaneceu no cargo e, divergindo novamente de seus companheiros do PRM, passou a apoiar o candidato oficial. Assumiu em Minas a chefia da campanha de Júlio Prestes e, para fazer frente à Aliança Liberal, fundou no estado a Concentração Conservadora. No mês seguinte, Fernando de Melo Viana, então vice-presidente da República, também rompeu com o PRM por ter sido preterido na escolha do sucessor de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no governo mineiro. De qualquer forma, Melo Viana manteve sua candidatura à presidência de Minas, com o apoio de Washington Luís e da Concentração Conservadora.

Desde o início da campanha eleitoral, Carvalho Brito foi acusado de usar seu cargo de diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil para fins políticos. Afirmava-se que mantinha uma política de compressão sobre o comércio, a lavoura e a indústria, transformando as agências do banco em instrumentos de propaganda eleitoral. Essa política teria inclusive provocado a demissão do então presidente do banco, José da Silva Gordo, que se opunha às operações propostas por Carvalho Brito, embora Washington Luís as

apoiasse, por considerá-las de natureza não comercial. Usando de sua influência e do apoio federal, a Concentração Conservadora também agia junto aos correios e telégrafos, às estradas de ferro, ao funcionalismo público e à Delegacia Fiscal do estado, chegando até a contar com forças federais para sustentar suas iniciativas.

Em janeiro de 1930, a Concentração Conservadora apresentou uma chapa completa de candidatos à Câmara dos Deputados. No nível da sucessão estadual, porém, Melo Viana não conseguiu arregimentar nenhum companheiro de chapa.

Em fevereiro, Carvalho Brito procurou atrair as classes produtoras de Minas Gerais para sua corrente política, prometendo-lhes a realização de obras de infraestrutura e a organização de congressos industriais e agrícolas em diversas zonas do estado. O primeiro desses encontros seria o Congresso do Algodão, marcado para o dia 6 de fevereiro em Montes Claros, e depois seria realizado o Congresso de Siderurgia em Itabira.

Às vésperas do congresso, foi organizada a caravana da Concentração Conservadora, chefiada por Carvalho Brito e Melo Viana. Despacharam-se para Montes Claros máquinas agrícolas e material de propaganda. Um grande número de trabalhadores partidários da Concentração Conservadora, que, segundo os autores aliancistas, seriam capangas a serviço da campanha concentrista, também foi transportado para aquela cidade. Pouco depois da chegada dos chefes da caravana a Montes Claros em trem especial, ocorreu, no desfile que os saudava, um incidente provocado pela explosão de fogos de artifício, que precipitou um cerrado tiroteio entre os concentristas que participavam da festa e os aliancistas locais. Houve baixas dos dois lados. Diante dos acontecimentos, a comitiva viu-se obrigada a regressar imediatamente.

A partir desses fatos, Carvalho Brito expediu telegramas ao ministro da Justiça e ao próprio Washington Luís, comunicando-lhes que sua comitiva fora atacada e sugerindo a intervenção federal em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, providenciou para que as estações telegráficas transmitissem apenas os seus comunicados. Dessa forma, o delegado militar de Montes Claros ficou impedido de comunicar-se com o governo estadual, enquanto Carvalho Brito, único a dispor de telégrafo, enviava sucessivas mensagens ao governo federal pedindo a intervenção. Em resposta, Washington Luís ordenou a mobilização das forças federais em Minas Gerais, aumentando a pressão a que estava submetido o governo estadual. Apesar das tentativas de incriminar a presidência de Minas, feitas pela

Concentração Conservadora, o inquérito policial realizado demonstrou que não havia responsabilidade de Antônio Carlos nos acontecimentos.

Em consequência dos distúrbios registrados em Montes Claros, o Congresso de Siderurgia foi suspenso. Entretanto, sempre segundo os autores aliancistas, a Concentração Conservadora intensificou os mecanismos de neutralização dos trabalhos dos liberais, através do controle que mantinha sobre os correios e telégrafos, as estradas de ferro, as coletorias e os estabelecimentos de ensino. Entre as irregularidades de que foram acusados seus membros, estavam a violação de correspondência e o uso de franquias postais para o envio de seu material de propaganda. Como as reclamações feitas pelos aliancistas ao Catete de nada adiantassem, o governo mineiro propôs-se organizar uma rede própria de serviço radiotelegráfico, montando estações em diversos pontos do estado.

Por ocasião das eleições, realizadas em 1º de março, as irregularidades de que foram acusados a Concentração Conservadora e o governo federal não se limitaram à indicação, em alguns municípios, de todos os mesários. Ao fim da votação, a junta apuradora foi composta de modo a beneficiá-los, os livros eleitorais foram adulterados e foram enviadas a Minas Gerais forças federais para fiscalizar as apurações, atividade tradicionalmente reservada à polícia estadual.

Como as reclamações do governo estadual com relação à presença de forças federais não houvessem sido atendidas, realizou-se em Belo Horizonte, no dia 3 de abril, um grande comício em solidariedade a Antônio Carlos. Entretanto, quando os manifestantes passaram pela casa onde se encontrava Carvalho Brito, travou-se um tiroteio entre os ocupantes da casa e os participantes do comício. O quartirão foi logo cercado pela cavalaria da Força Pública, evitando a saída dos responsáveis pelos acontecimentos. Enquanto isso, Carvalho Brito enviava novos despachos a Washington Luís e outras autoridades, afirmando ter sido atacado pelos liberais e exigindo providências urgentes.

No dia seguinte, a polícia realizou uma busca na casa de Carvalho Brito, onde encontrou diversos candidatos concentristas à Câmara, chefes de repartições públicas e operários. Foram retidos os armamentos descobertos e as pessoas acusadas de serem jagunços ou capangas que ali se achavam.

Depois do inquérito policial, durante o qual a casa de Carvalho Brito foi mantida sob vigilância, o chefe concentrista convocou o advogado Mendes Pimentel a fim de requerer

*habeas-corpus*. Este afirmou que tal pedido seria irrelevante, mas providenciou para que o cerco à casa de Carvalho Brito fosse suspenso.

Os trabalhos da junta encarregada da apuração das eleições encerraram-se apenas com a apuração dos votos para presidente e vice-presidente da República. Esgotado o prazo legal, os livros eleitorais foram enviados pela junta à Câmara dos Deputados, sem que houvessem sido apurados os votos para deputado federal. Dessa forma, a bancada mineira ficava afastada dos trabalhos preliminares da sessão legislativa, já que não havia candidato diplomado de Minas Gerais. Os aliancistas afirmam que, durante o transporte dos livros para o Rio, verificaram-se novas adulterações, sendo que alguns livros chegaram mesmo a ser trocados, em obediência a instruções de Carvalho Brito.

No Congresso, foi aberta uma comissão de inquérito sobre o resultado das apurações em Minas. Com base no parecer da comissão, concluiu-se pelo reconhecimento de 14 candidatos concentristas em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que eram “depurados” (não reconhecidos) todos os candidatos eleitos pela Paraíba, resultado que favorecia nitidamente os partidários do governo federal.

Em seguida a esses fatos, a situação agravou-se, e os membros da Aliança Liberal intensificaram a conspiração que resultaria no movimento revolucionário de outubro. Com a vitória da revolução, Carvalho Brito tentou fugir em um navio mercante, sendo contudo capturado e depois deportado.

Regressando mais tarde ao Brasil, dedicou-se a atividades industriais e comerciais, tendo sido diretor-presidente de várias empresas: Banco do Comércio S.A., fábrica de artefatos de borracha Pneus Brasil, Usina de Beneficiamento de Borracha de Manaus, S.A. Usinas Paineiras do Espírito Santo e Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais, em Sabará. Além disso, dedicou-se à administração de várias fazendas de lavoura e criação em Minas e no Espírito Santo. Em 1936, foi primeiro-secretário da Confederação Industrial do Brasil e, na entidade que lhe sucedeu, a Confederação Nacional da Indústria, ocupou a quarta-vice-presidência de agosto de 1938 a março de 1943.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1952.

Era casado com Elisa Robertina de Albuquerque Brito, com quem teve cinco filhos. Também atuou na política seu irmão Eusébio Tomás de Carvalho Brito, que foi deputado estadual em Minas Gerais.

Entre as obras que deixou, figura um trabalho sobre Rui Barbosa e a Campanha Civilista em seu estado, *O civismo em Minas* (1949). Sobre sua atuação nos episódios de 1929-1930, publicou-se a obra *Concentração Conservadora em Minas Gerais; a ação do dr. Carvalho de Brito na atual campanha da sucessão presidencial da República* (1930).

*Helena Faria*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Concentração*; CONF. NAC. IND.; CONSULT. MAGALHÃES, B.; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, V. *Outubro; Grande encic. Delta; Jornal do Comércio* (12/12/1952); LIMA, J. *Como*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas; Personalidades*.